

Reflexões sobre memória e espaço geográfico a partir de uma perspectiva histórico-materialista

Reflections on memory and the geographical space from a historical-materialist perspective

Reflexiones sobre la memoria y el espacio geográfico desde una perspectiva histórico-materialista



Otávio Augusto Alves dos Santos

Universidade Federal Rural de Pernambuco - Recife -

Pernambuco - Brasil

otavio.augusto@ufrpe.br

Resumo: Este texto resulta de reflexão interdisciplinar sobre a relação entre memória e espaço geográfico. A partir de levantamento e análise bibliográfica, e partindo de uma perspectiva histórico-materialista, defende-se a visão segundo a qual as coisas objetivas criadas pelo homem através de seu trabalho, e o espaço que é constituído pelo conjunto desses objetos, são fortemente absorventes de significados, sendo neles corporificadas as memórias e as relações sociais. Elas funcionam como referenciais da memória individual e coletiva. Contudo, quanto tomados como mercadorias, as coisas criadas pelo homem e o espaço geográfico deixam de ser esses referenciais, levando a concluir que existe uma clivagem entre a particularidade do objeto/espaço-como-memória e a generalidade do objeto/espaço-como-mercadoria.

Palavras-chave: Memória. Espaço. Geografia.

Abstract: This article comes from an interdisciplinary reflection about the

relationship between memory and geographic space. Based on a bibliographic survey analysed through a historical-materialist perspective, we defend the view that the objective things created by humans through work, and the space that is constituted by the set of these objects, absorb the social meanings and incorporate the collective memories. They work as the great references of individual and collective memory. However, when approached as commodities, man-made things and geographical space cease to be these references, leading to the conclusion that there is a separation between the particularity of the object/space-as-memory and the generality of the object/space-as-commodity.

Keywords: Memory. Space. Geography.

Resumen: Este texto es el resultado de una reflexión interdisciplinar sobre la relación entre memoria y espacio geográfico. Desde un levantamiento y un análisis bibliográficos, y partiendo de una perspectiva histórico-materialista, defiendese la tesis de que las cosas objetivas creadas por el hombre a través de su trabajo, y el espacio que constituye el conjunto de estos objetos, encarnan las relaciones sociales y son capaces de absorber sus significados. Estos objetos y el espacio funcionan como los grandes referentes de la memoria individual y colectiva. Sin embargo, cuando se toma como mercancía, las cosas y el espacio ya no lo son estas referencias, lo que lleva a la conclusión de que existe una división entre la particularidad del objeto/espacio-como-memoria y la generalidad del objeto/espacio-como-mercancía.

Palabras clave: Memoria. Espacio. Geografía.

Introdução

[...] Acho muito razoável a crença céltica de que as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas nalgum ser inferior, num animal, um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidas para nós até o dia, que para muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e logo que as reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertada por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco.

O mesmo se dá com o nosso passado. É trabalho baldado procurar evocá-lo, todos os esforços da nossa inteligência permanecem inúteis. Ele está oculto, fora do seu domínio e do seu alcance, nalgum objeto material (na sensação que nos daria este objeto material) que nós nem suspeitamos (PROUST, 1981, p.44-45).

Consideramos aqui a memória para além de sua dimensão fisiológica, isto é, da capacidade biológica humana de guardar informações a respeito de acontecimentos pretéritos. Conforme já vem sendo feito pelas demais ciências humanas, a memória será aqui tomada como uma categoria social de interpretação do passado, que é construída socialmente (muitas vezes a partir do presente) e imprescindível para a reprodução social e à consolidação de identidades (LE GOFF, 1990; HALBWACHS, 2003). Contudo, procura-se ir além da postura mais difundida, e ao nosso ver limitada, que entende a memória como um fenômeno meramente mental, sem qualquer relação com o mundo objetivo, ou apenas relacionado às relações sociais passadas, sem que sejam levados em conta os espaços onde tais relações ocorreram.

Compreendida como categoria social, a memória se tornou objeto de pesquisa científica apenas no século XX, especialmente depois da contribuição do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Antes dela, Bergson (1999) foi um dos primeiros a fornecer alguma teoria ao afirmar que a memória é um fenômeno mental e individual, que ocorre no presente, misturando-se à nossa percepção atual dos objetos. A importância da contribuição de Halbwachs, e o peso que adquiriu dentro das ciências sociais, contudo, obriga-nos a partir dela. Sua visão é particularmente interessante por relacionar a memória com as coisas objetivas e com o espaço geográfico.

O espaço é um conceito-chave da Geografia (CORREA, 2000), mas é também um “conceito-problema”, dada a imprecisão com que tradicionalmente foi tomado pelas ciências sociais. Além do “historicismo” hegemônico (SOJA, 1993), muitos historiadores, sociólogos, antropólogos economistas etc., ainda não se convenceram totalmente da importância da dimensão espacial, cuja consideração há tempos tem contribuído ao entendimento de diferentes fenômenos sociais. A percepção há muito lançada pela Geografia crítica de que não há como entender devidamente a sociedade sem levar em conta seu espaço ainda precisa ser reafirmada, até que seja feita justiça à dimensão espacial. Se tomado como produto e condição do trabalho, o espaço geográfico deixa de ser uma “categoria vaga” e pode nos ajudar a compreender, inclusive, fenômenos sociais cujo entendimento ainda se encontra às voltas por polêmicas, tais como a memória.

O debate sobre memória dentro da Geografia já vem sendo feito por muitos geógrafos, dos quais vale destacar o ilustre Maurício de Almeida Abreu (2014), cujo legado teórico foi, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes. Lefebvre (1968, 1991, 2001) trouxe importantes contribuições ao entendimento do lugar da memória no cotidiano da cidade e os processos de reificação ocasionados pelo urbano¹. Também cabe destacar o pensamento de Armando Correia da Silva (2000) e Jörn Seemann (2003) que subsidiaram o entendimento da relação entre espaço e memória, especialmente na produção do conhecimento. E não se pode deixar de citar as inúmeras reflexões atualmente feitas sobre memória, identidade e os conceitos de lugar, paisagem e território por parte de geógrafos vinculados à perspectiva fenomenológica e às correntes cultural e humanista². Porém, neste texto, nossa proposição não partirá da literatura geográfica (muito embora possa vir a contribuir com ela), uma vez que resulta de estudos e pesquisas interdisciplinares, feitos por um geógrafo que convive e trabalha com profissionais de outros campos das ciências humanas, especialmente historiadores.

Partiremos da visão durkheimiana de Halbwachs, mas buscando superá-la em seus limites e, ao mesmo tempo, reunindo elementos para uma compreensão histórico-materialista da relação entre memória e espaço geográfico. A tese aqui defendida é a de que há uma relação indissociável entre memória e espaço, assim como também há entre a subjetividade humana e o mundo objetivo. Contudo, quanto tomados como mercadorias, as coisas objetivas criadas pelo homem e o espaço geográfico deixam de ser os grandes referenciais da memória, levando-nos a vislumbrar

uma clivagem entre a particularidade do objeto/espaço-como-memória e a generalidade do objeto/espaço-como-mercadoria.

No primeiro item, discorremos sobre o conceito de memória, partindo da visão Halbwachiana, elencando seus limites e pontos fortes, e estabelecendo a concepção aqui adotada. Nos segundo e terceiro itens, procuramos precisar a relação entre espaço e memória, para qual é imprescindível a retomada da discussão sobre os conceitos de subjetividade e objetividade, bem como a relação entre eles, especialmente no contexto do modo de produção capitalista. Por fim, tomando o exemplo lançado pelo filme "Aquarius", do diretor pernambucano Kléber Mendonça, busca-se mostrar o dilema entre memória e mercadoria no âmbito dos diferentes sentidos adquiridos no capitalismo.

Memória

Ainda que inclinado a perseguir uma perspectiva histórico-materialista, no tocante ao debate sobre a memória, todo pesquisador deve obrigatoriamente iniciar com a afamada contribuição do Halbwachs (2003). Sua visão sobre o tema se notabilizou por afirmar que a memória é, antes de tudo, coletiva. Assim, embora cada pessoa resguarde lembranças únicas, toda a sua memória é construída no arco das relações que constantemente estabelece com quem convive. Toda lembrança individual, na sua construção, toma de empréstimo a matéria e as categorias elaboradas por outros em sociedade e, não raro, coincide com a dos demais indivíduos pertencentes aos grupos sociais entre os quais esse indivíduo circula. E quando evocada, toda memória individual só ganha coesão e sentido quando ordenada pelas coisas objetivas e pelas relações estabelecidas nesse grupo. Assim, só recordamos porque somos capazes de nos colocar novamente junto ao grupo em um fato passado, de forma que quanto mais coletiva é a lembrança, mais fácil poderemos acessá-la.

Halbwachs (2003) afirmava que a memória é um fluxo de pensamento compartilhado que acomete a todos que participam dos inúmeros grupos sociais (família, amigos, vizinhança, país etc.) existentes. Todos nós entramos e saímos desses grupos constantemente, participando desses fluxos e compartilhando com os seus integrantes um conjunto de lembranças. Assim, a

consciência e as lembranças pessoais são resultados das combinações de fluxos a que os indivíduos se integram.

A memória coletiva é dinâmica e tem uma relativa autonomia, embora esteja fortemente ligada aos grupos que a elaboraram. Ela se alimenta das experiências desse grupo e deixa de existir caso o grupo também se desfaça. Isso, inclusive, é o que distingue a memória coletiva da memória histórica (que o autor prefere chamar simplesmente de História). Apesar de frequentemente tomar a História como matéria e categoria, a memória coletiva é um fluxo de pensamento contínuo, que depende dos grupos que o realiza. A História, por sua vez, é sempre uma ponte para um passado que, na visão do autor, não existe mais. Ela começa onde termina a tradição, no momento em que a memória coletiva se decompõe. Mais tarde Nora (1993, p. 3) concordaria com essa concepção ao afirmar que a “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] e a História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

A visão de Nora (1993) parece expressar de forma mais clara o que Halbwachs quis dizer neste quesito. Para o historiador francês, a História é uma construção social que se apropria da memória (no caso, da memória coletiva) para produzir um discurso unitário e universal sobre o passado. Para tanto, produz os arquivos, que investe no discurso ali apresentado o sentido de neutralidade e verdade que a memória não tem. As sociedades modernas ocidentais estariam, assim, marcadas por uma busca crescente pelos “lugares de memória”, isto é, pelos arquivos, datas, comemorações, monumentos etc., cuja simples existência demonstra que a memória está cada vez mais inacessível, caindo no esquecimento. Dado o “culto documental” e o atual “produtivismo arquivístico”, vive-se, na verdade, a reconstrução incerta daquilo que não existe mais. Em síntese, Nora (1993) diz que o acesso ao passado no mundo de hoje tem sido perseguido com muito custo, dentro de um esforço progressivamente individualizado e para o qual o recurso aos lugares de memória tem sido cada vez mais essencial.

Voltando ao Halbwachs, um último e importante aspecto de sua concepção de memória é a ancoragem espacial. Abreu (2014) reconheceu isso e se apropriou da ideia para falar de uma “memória do lugar”. Para Halbwachs (2003, p. 170), “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. É a durabilidade do espaço, a sua aparente imutabilidade que faz a memória permanecer no grupo. Seu intento de compreender a

construção da memória nacional o fez dar ênfase desmedida aos direitos de propriedade, aos valores do solo e ao espaço jurídico. Mas o papel por ele atribuído ao espaço é importante e retomaremos mais adiante.

Há, obviamente, inúmeros problemas na concepção do Halbwachs. O primeiro e, talvez, mais importante é a própria visão tributária do Durkheim, que o fez negligenciar os conflitos existentes na construção das memórias e da identidade. Em vez disso, o autor enfatizou muito mais os fluxos e negociações entre os indivíduos e os grupos. Sua preocupação e todo o seu esforço se delineava à construção das lembranças oficiais, da identidade nacional, não conseguindo perceber que muitas memórias são construções políticas deliberadas. Neste sentido, ele não havia se dado conta do que Hobsbawn (2008) esclareceu mais tarde, isto é, o fato de que as memórias e as tradições são muitas vezes arbitrariamente construídas pelas e em favorecimento das classes dominantes.

Pollack (1989), complementando a contribuição de Halbwachs, afirmou que há uma distinção entre a memória coletiva oficial e as chamadas "memórias subterrâneas", isto é, entre a memória nacional e aquelas lembranças intencionalmente 'excetuadas' e 'esquecidas'. Na visão deste autor, essas últimas correspondem àquelas lembranças que ainda não foram enquadradas pela elaboração da memória coletiva nacional, que não se apoiam em justificativas históricas, e que, em vez disso, tem a função de revelar os seus silenciamentos.

Um outro aspecto limitante da perspectiva elaborada por Halbwachs diz respeito à ênfase muito maior dada ao caráter coletivo da memória, que pode nos levar a concebê-la como um fato social. Essa sujeição da memória individual à memória coletiva escamoteia os conflitos existentes entre a consciência individual e às estruturas e consciência sociais, revelando uma espécie de determinismo. É por isso que autores como Fentress e Wickman (2003) preferem o termo "memória social" à memória coletiva. Na sua visão, é necessário fazer "justiça ao lado coletivo da vida consciente de alguém", mas é também necessário não "converter o indivíduo em uma espécie de autômato que obedece passivo a vontade coletiva interiorizada (FENTRESS & WICKHAM, 2003, p. 13)" (tradução do autor). Assim, segundo os autores, embora as lembranças tenham por matéria os contextos sociais, sobretudo aqueles relacionados ao uso das palavras, é o indivíduo quem recorda.

Neste ponto, a concepção que defendemos está muito mais próxima das ideias do filósofo húngaro György Lukacs (2012, 2013), para quem o desenvolvimento do ser social se dá a partir de dois aspectos distintos e indissociavelmente articulados: a totalidade social e a individualidade. Isto é, o ser social é construído mediante o desenvolvimento de cada indivíduo singular e da totalidade de todos os indivíduos. Neste sentido, podemos depreender que a memória coletiva e a individual também se desenvolvem simultânea e articuladamente, nutrindo-se mutuamente, sem que uma se sobreponha completamente sobre a outra. Contudo, em vez de harmonioso, essa construção conjunta se dá de forma conflituosa, através de enquadramentos e silenciamentos, conforme demonstrou Pollak (1989), e pela criação deliberada de memórias oficiais e tradições que, em sua maioria, servem à reprodução das condições sociais estabelecidas, como queria Hobsbawn (2008).

Por fim, uma última e não menos importante limitação da concepção do Halbwachs diz respeito a confusão que o sociólogo fez a respeito do próprio conceito de memória e sua relação com o passado. Na sua visão, o passado concreto não existe mais, mas apenas a consciência coletiva e presente do que aconteceu. Trata-se de uma visão tributária de Bergson, seu professor. Quando diz que o passado não se conserva, mas é apenas reconstruído a partir do presente, Halbwachs confunde, segundo Viana (2006), o passado concreto com a consciência presente dessa realidade passada. Trata-se de coisas diferentes e que não podem ser embaralhadas, senão estaremos tratando o próprio espaço geográfico, que é um testemunho concreto e ativo do passado, como algo subjetivo e passível de ser posto em suspeição.

Espaço e memória

O espaço geográfico é o objeto da Geografia. Compreendê-lo criticamente, contudo, requer que busquemos superar a perspectiva kantiana com a qual a Geografia moderna se edificou. Essa perspectiva define o espaço como uma intuição apriorística, quando que, na verdade, o espaço é construído pelo homem em sociedade através de seu trabalho. Muito embora seja necessário reconhecer um espaço anterior à apreensão e ação humanas, um espaço absoluto no dizeres de Harvey (2012), é ainda mais importante perceber como ele é apropriado e transformado pelo

homem, sendo um produto concreto de suas ações.

O espaço é resultado do trabalho, e o trabalho é a ação intencional humana. Ao agir sobre a natureza primeira e aquela já modificada, o homem cria valores que não ficam flutuando por aí, mas acumulando-se ao solo, transformando-o em uma espécie de “depositário universal da história” (MORAES e COSTA, 1987). É por isso que o passado não deixa de existir, pois ele está vivo, cristalizado objetivamente nas formas espaciais. Embora correspondam ao trabalho morto, dizemos que estão vivos, porque tais formas interferem no presente, atuam sobre o trabalho vivo. Como diria Santos (2004, p. 185), essa “inércia dinâmica” faz das formas espaciais “[...] tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa [...]. O próprio Halbwachs (2003, p. 159) reconheceu isso ao dizer que “[...] quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda a sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta as coisas materiais que a ela resistem”.

Cabe ressaltar que o espaço não é produzido de forma homogênea. De certa forma, o processo de valorização do espaço resulta sempre em um espaço diferenciado (SANTOS, 2018, 2020). A natureza, objeto do trabalho, é extremamente diversa e se distribui desigualmente sobre a superfície. As forças produtivas e os sistemas técnicos de que dispõe o homem para transformá-la são também diversos e desiguais. Neste sentido, o “ecúmeno” é constituído de forma sempre diversificada e desigual. No capitalismo, contudo, tem havido uma homogeneização das técnicas e dos valores criados, mas a desigualdade permaneceu, e vem se intensificando. Santos (1999) esclareceu isso atualizando conceitos marxistas ao dizer que os modos de produção antes separados passaram a convergir, constituindo uma história global. Mas o processo homogeneizador continuou a produzir um espaço diferenciado porque sempre teve de passar pela mediação das “formações socioespaciais”.

Ademais, essa produção sempre diferencial do espaço geográfico requer necessariamente que os indivíduos estabeleçam representações acerca dos lugares, para que se possa avaliar os meios materiais sobre o qual seu trabalho ocorrerá. Por isso, Moraes (2005, p. 15-16) afirmava que:

[...] Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço.

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, os usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo [...]

Conforme já descrito em Santos (2018, 2020), esses valores subjetivos possuem um papel muito importante na produção do espaço, pois, no processo de trabalho, os homens mobilizam a sua subjetividade em avaliações sobre o real, mediante valores morais e estéticos. Aliás, o homem mobiliza sua subjetividade inteira, incluindo a memória. Esta última, na verdade, corresponde ao alicerce maior da própria consciência. Conforme Bergson (1999) e Freud (1969) já haviam dito, e Pinto (2013) reiterado mais recentemente, a consciência presente e toda a subjetividade (inclusive o inconsciente) são constituídos e sustentados pela memória.

Não há possibilidade do agir consciente, nem das reminiscências sem a capacidade de resguardar individual e coletivamente o que aconteceu. O que seria da permanência e da coesão social do próprio processo de trabalho se os homens não pudessem conservar as lembranças a respeito das técnicas e dos modos sociais de fazer? Por outro lado, conforme veremos adiante, as coisas criadas pelo homem, e que juntas constituem o espaço, são a substância da memória, pois, como diria Stallybrass (2008), a consciência e a memória não dizem respeito às mentes, mas às coisas.

Acreditamos que compreender a relação entre espaço e memória requer que voltemos de forma mais minuciosa ao processo de trabalho. Lukacs (2012, 2013) nos diz que o trabalho acontece mediante a objetivação de coisas previamente idealizadas na mente humana. Nós observamos as coisas ao nosso redor, apreendemos suas qualidades, e as transformamos em algo (valores) desejado. O ser social vai idealizando e realizando transformações no seu entorno, desde as objetivações mais elementares, como aquelas surgidas da transformação direta da natureza, até aquelas surgidas pela mobilização da matéria já modificada. O homem é um sujeito que reage à realidade objetiva, modificando-a para atender suas necessidade e desejos.

A cada valor criado, uma nova situação objetiva é posta para o

ser humano, forçando-o a se recriar com ela. A cada nova situação, inauguram-se novas necessidades e desejos que o homem atende por meios de outras objetivações. E assim se desenvolve o ser social, forçado que é a co-evoluir com a realidade objetiva que ele mesmo transforma, rumo a patamares cada vez mais complexos e sofisticados de sociabilidade. Contudo, cumpre salientar que, no decurso de seu desenvolvimento, antes de preparar novos processos de objetivação, o ser social necessita apreender pela consciência a realidade objetiva, elaborando conhecimentos e os resguardando coletivamente para que sejam evocados sempre que necessários. O conhecimento, portanto, algumas vezes precede e é imprescindível à práxis e à reprodução social.

A necessidade do conhecimento, conforme se pode deduzir, é o que leva ao desenvolvimento de inúmeros complexos sociais, tais como o da cultura e, no interior dele, o da educação. A memória é imprescindível a ambos, pois é precisamente através da capacidade de conservar os fatos e conhecimentos acumulados do passado que o homem apreende o presente e influi sobre os fatos futuros. Esses conhecimentos resguardados é que são mobilizados nos processos educativos e de formação, muitos dos quais postos em ação para que os homens possam, no decorrer das sucessivas gerações, elaborar soluções que respondam às necessidades e desejos surgidos da realidade objetiva. Acreditamos, porém, que o homem não conserva apenas em si os fatos e conhecimentos passados, mas sobretudo nas coisas objetivas e no espaço geográfico ao seu redor.

Partindo de uma perspectiva filosófica distinta daquela que subjaz nossa visão, o antropólogo indiano Arjun Appadurai (1986) afirmava que as coisas possuem uma vida social, que não são inertes ou simples mediadoras das relações. Assim, segundo sua visão, pessoas e coisas são igual e simultaneamente ativas nas relações e no curso da dinâmica social. No mesmo sentido, Stallybras (2008) afirma que todos os objetos são fartamente absorventes de significados e neles as memórias e as relações sociais são constantemente corporificadas. O próprio Halbwachs (2003) reconheceu o papel essencial dos objetos e do espaço para a memória, pois facilita a evocação das lembranças. Na sua visão, é difícil saber se a memória seria capaz de se manter diante do desaparecimento das coisas e do espaço a ela relacionados. Assim, não há memória fora do espaço, pois mesmo na lembrança de um sonho há referências à lugares e objetos existentes no mundo real.

A memória preserva os fatos passados, tomando por referência

não só as relações sociais ocorridas, mas os objetos utilizados e os quadros espaciais que serviram de suporte. Ela é realmente evocada sempre que esses contextos sociais são retomados, conforme assevera Halbwachs (2003). Contudo, como as relações sociais quase nunca ou muito precariamente se repetem, os objetos e o espaço, dada sua aparente imutabilidade, dão conjuntamente a ancoragem necessária para que a memória se mantenha por mais tempo. Por isso, sempre que voltamos a algum lugar do passado ou revemos coisas de grande valor sentimental, parece-nos que as lembranças do que vivemos nesses lugares ou com essas coisas nos invadem com muito mais facilidade. Não teríamos a mesma capacidade de evocá-la sem esses referenciais e, quem sabe, a própria memória não resistiria se eles deixassem de existir (HALBWACHS, 2003). Arriscamos dizer que os esforços de preservação dos patrimônios arquitetônicos e urbanísticos correspondem, em parte, a necessidade de manter tais referenciais de pé, não só porque remetem a determinados períodos históricos, ou porque representam seus monumentos, mas porque nossa consciência atual dos fatos passados depende deles.

Mas considerar tal relação entre memória e espaço tem uma implicação importante: se a consciência humana toma de empréstimo categorias fundadas na realidade e só nela encontra coesão e sentido, sua subjetividade tem para com a objetividade uma relação de interdependência³. E se o homem reage à realidade objetiva, modificando-a, toda mudança objetiva implicará, mais cedo ou mais tarde, uma mudança na subjetividade. Assim, como o espaço muda constantemente pelo trabalho humano, os referenciais objetivos da memória tendem a desaparecer. É por isso que a humanidade recorre à produção de documentos e lugares de memória. No mundo contemporâneo, onde o espaço é profundo e constantemente transformado, não causa estranheza a fragmentação das identidades e das memórias individual e coletiva. O produtivismo arquivístico de que fala Nora (1993) pode ser também interpretado como resposta à velocidade com a qual o espaço é atualmente modificado.

Memória e espaço, subjetividade e objetividade

Conforme Halbwachs (2003), podemos acessar lembranças por um esforço de abstração, mas isso é muito mais difícil que o

acesso dado pelo contato com o espaço. Os estudos sobre memória poucas vezes atentaram para o espaço, embora quase todos tomem as lições de Halbwachs como ponto de partida ou principal referência. Em vez disso, reportam-se muito mais aos valores subjetivos e às pressões sociais como principais referenciais. É possível interpretar essa tendência como mais uma nuance do historicismo dominante, que tende a relegar o espaço para segundo plano, conforme advertiu Soja (1993).

Sallybrass (2008) nos oferece um panorama melhor das causas desse pretensão descuido com o espaço ao falar do desprezo da sociedade capitalista para com a objetividade. O espaço é objetividade por excelência⁴, pois constitui a matéria do trabalho e, também, seu produto. O espaço é o resultado da “empiricização do tempo”, conforme defendia Santos (2004). Ao dizer que a sociedade capitalista tem por principal marca o apelo ao abstrato, isto é, uma ausência de vínculo com a objetividade (muito embora aparente precisamente o contrário), Sallybrass (2008) também estaria afirmando que essa mesma sociedade tende a preferir o espaço em relação à consciência ou a subjetividade.

Vale dizer que a concepção de subjetividade hegemônica no capitalismo resguarda pouca relação com a noção de subjetividade e, conseqüentemente, de memória aqui defendidas. Isto é, a sociedade capitalista não compreende a subjetividade como um fenômeno que ocorre em íntima relação com o mundo concreto, que se alimenta da e se realiza na realidade objetiva. Mas, em vez disso, concebe-a como uma categoria que se opõe à objetividade e que se desenvolve de maneira independente. Trata-se, afinal de contas, de uma noção de subjetividade tributária do racionalismo moderno e do idealismo alemão. Seu despreendimento da realidade objetiva faz com que, muitas vezes, o pensamento não seja visto como uma representação do real, uma consciência do mundo e das coisas concretas, mas uma falsa consciência desse real, uma “ideologia”⁵ para ficar em um termo mais conhecido.

Pode-se depreender, neste sentido, que aquela consciência dos fatos passados que não tem por fundamento as coisas objetivas e o espaço é potencialmente ideológica. Toda memória é a consciência de fatos que aconteceram com coisas reais e em algum lugar concreto. Mesmo admitindo que se trata de uma construção do presente, a referência às coisas reais e ao espaço dá a ela a ancoragem com o passado concreto e ainda vivo. Quando,

no processo de evocação da memória, a subjetividade não se conecta com a realidade, não busca nas coisas e no espaço seus referenciais, então incorre-se à inversão que Marx e Engels denunciaram desde 1846, isto é, o de não perceber que o ponto de partida para compreensão da história é a realidade concreta.

Em “A ideologia alemã”, os autores afirmaram que “a produção das ideias, das representações, da consciência está, a princípio, diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens [...]” (MARX e ENGELS, 2009, p. 31), e o espaço é resultado e condição dessa atividade. Por isso, quando o espaço é devidamente considerado, o processo real de vida dos homens é efetivamente levado em conta, e “a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos [...] ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados (Ibidem, p. 32)”. Atentar para o espaço implica em considerar a base real da história, o que permite superar a “ilusão de cada época”, isto é, a história e as memórias apenas das relações sociais tomadas subjetivamente.

Sabemos que, ao desenvolver esse conjunto de teses que seriam centrais ao seu projeto de uma compreensão materialista da história, Marx e Engels não se referiam ao espaço, tal como pretendemos acima, mas ao ser social. Na visão dos autores, é a partir do ser social que se constitui a subjetividade. Mas é preciso levar em conta que a negligência para com dimensão espacial também os havia acometido, tendo sido mantida pela maior parte da tradição crítica marxista. Somente no século XX, ao relacionar o processo de acumulação e as teorias da localização e do imperialismo é que alguns pensadores puderam perceber o quanto Marx havia lançado as bases de uma compreensão geográfica da sociedade capitalista (Ver HARVEY, 2005 e SOJA, 1993).

Sabemos hoje que há uma relação intrínseca entre o desenvolvimento do ser social e a produção do espaço. Podemos dizer, inclusive, que o ser social está para o espaço, assim como o espaço está para o ser social. Isso significa que, no seu desenvolvimento, o ser social cria, através do trabalho, um conjunto de valores ou coisas que são acumuladas ao solo e que juntas constituem o espaço. E é esse espaço herdado, produto de trabalhos anteriores, que o homem apreende, elaborando idealmente novos processos de objetivação e mobilizando sua matéria na construção de novos valores. Como o homem evolui com a realidade objetiva que ele mesmo transforma, o desenvolvimento do ser social é também o desenvolvimento do

espaço, a humanização do homem corresponde a humanização do espaço.

Memória e mercadoria

Embora, como queria o Halbwachs (2003), o espaço seja realmente importante e, em alguns contextos, imprescindível ao ato de recordar, muitas vezes as lembranças são evocadas e a história é escrita sem qualquer referência ao espaço, o que leva muitos pesquisadores a erros ideológicos (e, também, corológicos) grosseiros. O espaço, a realidade objetiva, dá à memória a guarida necessária para livra-se da armadilha da ideologia. E, portanto, sem ele, estamos muito mais vulneráveis a qualquer tipo de distorção e manipulação.

Distorções geralmente ocorrem quando há uma separação entre objetividade e subjetividade, entre o ser social, o espaço e a consciência. E, como dito, essa separação e a inclinação ao abstrato é o que marca a sociedade capitalista. Tal inclinação, por sua vez, tem uma razão: é que no capitalismo, todas as coisas, desde um casaco até uma parcela do espaço podem se tornar mercadorias. Nesse modo de produção, as coisas criadas pelo homem possuem uma qualidade objetiva e uma utilidade, mas também possuem um valor abstrato e comparativo, estabelecido pela troca mercantil. Um casaco, para ficar no exemplo usado por Stallybrass (2008), possui uma utilidade, um valor objetivo e um significado atribuídos socialmente, mas também possui um valor de troca e um valor monetário, estabelecidos porque pode ser usado na troca por dinheiro ou por outras coisas.

Um objeto ou uma porção do espaço tomados apenas pelo seu valor de troca não são considerados objetivamente. Toda mercadoria corresponde a algo esvaziado de suas qualidades objetivas, tendo em relação a elas somente uma estreita relação, pois em vez de aparecer como resultado de relações sociais concretas, a mercadoria surge como um bem que se compra e se vende, valendo-se por si mesma. Stallybrass (2008) utiliza o exemplo do casaco de Marx para mostrar essa contradição.

Marx passou por anos difíceis entre 1850 e 1860, tendo de penhorar diversos de seus bens pessoais e objetos de sua casa para manter materialmente a sua família. Contudo, ele também necessitava desses bens para viver, e muitos deles correspondiam

a objetos de grande serventia e significado social. O seu casaco, por exemplo, era mais que uma simples peça de roupa. Na sociedade inglesa do século XIX, ele correspondia a um símbolo de status social e, em muitos casos, requisito para o acesso à certos ambientes. Para a realização de suas pesquisas no Museu Britânico, por exemplo, Marx necessitava de seu casaco. Contudo, frequentemente tinha de penhorá-lo para conseguir o seu sustento.

O casaco de Marx possuía, assim, uma vida dupla. Uma ligada à sua particularidade objetiva e outra ao seu valor de troca subjetivo. Em sua dimensão objetiva, o casaco correspondia a um repositório de memória. Mas quando penhorado, suas particularidades eram só levemente consideradas, pois o que valia mesmo era o seu valor abstrato e comparativo. Todo objeto penhorado, tornado mercadoria, é desnudado de memória, havendo, assim, uma clivagem entre a particularidade do objeto-como-memória e a generalidade do objeto-como-mercadoria. Stallybrass (2008) viu nesse fato a contradição a partir da qual Marx construiu o conceito de fetichismo.

Esse conceito, embora essencial, foi apenas parcialmente trabalhado pela tradição marxista. Para Stallybrass (2008), embora o termo fetichismo faça referência a uma objetivação, não é essa a conotação que Marx a atribuiu e que a faz tão importante para a compreensão das modernas sociedades capitalistas. A ideia do fetichismo das mercadorias pretende informar que qualquer objeto, ao se torna mercadoria no ato social da troca mercantil, tem apagada todas as suas qualidades materiais e sensíveis. "A forma mercadoria não tem absolutamente nenhuma conexão com a natureza física da mercadoria e com as relações materiais que surgem a partir disso" (*Ibidem*, p. 41). A imaterialidade ou a abstração são suas características definidoras. A centralidade da mercadoria na sociedade capitalista e o fetichismo que ela adquire (e que subordina o criador à criatura) podem ser compreendidos, portanto, como o primado da abstração, a imposição de uma forma mais subjetiva de se relacionar com as coisas, ou uma dissociação entre a realidade objetiva e nossa consciência a respeito dela.

O capitalismo, sentencia o autor, é um modo de produção que se impõe a todos como uma abstração fria, uma espécie de vampiro que se alimenta do trabalho humano. E ao fazer isso, retira de tudo e de todos a sua energia vital, suas lembranças e seus vínculos com o passado. Pretendemos dizer que o mesmo

acontece em relação ao espaço geográfico, que é objetividade por excelência. Ele deixa de ser referência para a memória, testemunho do passado, quando despido de suas particularidades e tratado apenas como valor de troca. Para se tornar mercadoria, com toda a sua virtualidade e fluidez, as lembranças a ele relacionadas devem ser desconsideradas.

Considerações finais à luz de “Aquarius”

O cinema possui a capacidade de elucidar questões que muitos acreditavam passíveis de serem postas apenas em termos científicos. Sabemos, contudo, que as imagens produzidas pelo cinema não ilustram nem reproduzem a realidade, mas a reconstrói a partir de uma linguagem própria e de um contexto delimitado (KORNIS, 1992). Ainda assim, pretendemos finalizar nossa reflexão à luz do exemplo que se pode extrair de um dos filmes mais aclamados pela crítica nos últimos anos: trata-se de *Aquarius*, do cineasta pernambucano Kléber Mendonça.

Este filme conta a história de Clara (Sônia Braga), uma jornalista aposentada, viúva e que desde jovem reside no *Aquarius*, sendo a última moradora deste edifício que se localiza na Avenida Boa Viagem, uma das regiões mais valorizadas do Recife. Ela é constantemente assediada por representantes comerciais (Fernando Teixeira e Humberto Carrão) de uma construtora que objetiva comprar o seu apartamento, a fim de demolir todo o prédio e construir no lugar um novo edifício (*Atlantic Plaza Residence* ou *Novo Aquarius*).

Uma das cenas iniciais do filme acontece na década de 1980, quando Clara era ainda muito jovem, em uma festa de família ocorrida no *Aquarius*, homenageando à personagem “Lúcia” (Thaia Perez), sua tia. Durante a festa, Lúcia é acometida por lembranças ao olhar para uma cômoda de madeira na sala, que em algum tempo havia servido de apoio durante o sexo com um companheiro. Tal lembrança a faz homenagear, em seu discurso, este homem com quem tinha vivido, na verdade, um grande romance. A cena ilustra de forma inequívoca o papel dos objetos materiais para o resgate da memória. A cômoda era para a Lúcia um repositório de suas lembranças, assim como também seria posteriormente para Clara, que a preservou em sua sala durante toda a vida.

Em diversos momentos, o filme recorre a esse tipo de estratégia, em que os personagens são imediatamente acometidos por lembranças quando observam certos objetos domésticos, cantos e cômodos do apartamento. Esses objetos e lugares, mesmo tendo passado por algumas mudanças, incorporaram muitas lembranças individuais e coletivas e é tendo-os por referência que os personagens frequentemente evocam suas memórias. A disposição de Clara em preservá-los exemplifica o apego às suas lembranças. Na verdade, toda sua memória está alicerçada naquele apartamento e nos seus objetos domésticos, e é por isso que a mesma se recusa a vendê-lo para a construtora. Isso fica evidente também no ressentimento que demonstra ter da empregada da casa que há tempos havia roubado uma joia da família. Era como se a criada não tivesse furtado apenas um mero objeto, mas uma lembrança familiar.

Pode-se depreender que a luta de Clara contra a transformação de sua casa em mercadoria é também a luta contra a aniquilação de sua memória⁶. Quando traduzido em valor mercantil, seu apartamento é completamente despido de suas qualidades objetivas, deixando de ser um referencial para suas lembranças. Esta personagem está tão resignada de que vale mais as suas memórias do que o valor financeiro do apartamento, que sequer se dá ao trabalho de conhecer a oferta dos representantes da construtora, e se indispõe inúmeras vezes com a filha Ana Paula (Maevé Jinkings) pelo fato de não compartilhar com ela os mesmos valores.

Mas Clara está longe de representar um contraponto à sociedade capitalista e sua tendência ao abstrato. Apesar de lutar contra a mercadificação do espaço que referencia suas memórias, ela afirma em outro momento do filme que possui mais cinco apartamentos, dos quais provavelmente adquire alguma renda, pois viria deles a ajuda financeira que ela sugere aos filhos. Sua postura em favor do reconhecimento das qualidades objetivas do apartamento onde mora não se aplica aos demais. Sua luta é muito mais em favor da manutenção de suas memórias individuais e, exatamente por isso, tende a ser uma luta politicamente conservadora. É bastante diferente, portanto, das lutas protagonizadas pelos grupos indígenas, quilombolas, sem-terra e sem-teto brasileiros, quando tem seus territórios ameaçados por projetos de desenvolvimento do Estado e do Capital. O que está em jogo, neste caso, são as formas espaciais herdadas (suas casas, objetos e lugares sagrados etc.) que ancoram suas memórias coletivas. A destruição de tais formas

implica a fragmentação das lembranças e da identidade de todo o grupo ou classe social.

O filme *Aquarius* ilustra de forma bastante clara o que propomos com essa pequena reflexão. A memória, seja ela coletiva ou individual, enquadrada ou subterrânea, tem para com o espaço uma relação de interdependência. Ela não reside apenas na mente, em nossa subjetividade, mas sobretudo nas coisas objetivas e no espaço geográfico, que é constituído pelo conjunto dessas coisas. A memória não depende apenas da capacidade biológica e social de guardar os fatos passados, mas de nossa relação com as coisas objetivas e com o espaço. Nessa base objetiva da vida social é onde estão ancoradas nossas lembranças.

Quando transformadas em mercadoria, essa referência é rompida. Os objetos e o espaço geográfico, tomados apenas pelo seu valor de troca, perdem o significado que havíamos atribuído em nosso cotidiano, deixando de ser a referência de nossa memória, ainda que essa perda seja momentânea. Neste sentido, apostamos na leitura segundo a qual o empenho de muitas instituições de conservação de bens culturais e conjuntos arquitetônicos e todo ativismo social em favor da preservação de paisagens culturais urbanas não correspondem apenas a esforços de preservação do que as sociedades escolheram como seus monumentos, mas também uma luta para manter os referenciais da memória daqueles que vivem atualmente nesses lugares. A introdução desses espaços preservados em circuitos de consumo turístico muitas vezes ocasiona conflitos entre os turistas e os habitantes locais, não apenas porque muitas práticas turísticas degradam seus monumentos, mas porque tornam mercadoria algo que para esses últimos tem uma utilidade objetiva e um significado atuais.

Notas

1. A análise lefebvriana a propósito do cotidiano, bem como do percebido, do concebido e do vivido são extremamente pertinentes e bem poderiam aportar à nossa propositura a cerca da relação entre memória e espaço geográfico, conforme ficará mais evidente nos itens seguintes. Contudo, dada a abrangência e relevância de seu pensamento, preferimos abordá-lo devidamente em outra ocasião.

2. Nessa corrente, as contribuições são tão ricas quanto diversas. O debate sobre memória se faz presente direta ou indiretamente em diferentes obras, junto a discussão sobre identidade, cultura, patrimônio, religião, turismo etc. Também não as abordaremos aqui, uma vez que qualquer esforço neste sentido requereria um espaço muito maior que o de uma introdução.

3. Cabe aqui uma observação e, ao mesmo tempo, uma defesa da perspectiva histórico-materialista: quando Marx e Engels afirmaram que “não é a consciência que determina a vida”, mas a “vida que determina a consciência”, não pretendiam sugerir um determinismo que vê na consciência a mera reprodução do real, conforme leituras mais mecanicistas da relação objetividade-subjetividade. Se assim fosse, como surgiriam os atos criativos do trabalho? Como o homem seria capaz de produzir o conhecimento (que, como já dissemos, pressupõe a práxis) e a partir dele criar algo novo com a matéria e as condições herdadas? E como poderíamos falar de sujeito? Marx e Engels jamais pretenderam afirmar que objetividade e subjetividade são categorias cristalizadas e completamente autônomas, muito menos que uma se sobreponha a outra. Na sua visão, as duas são interdependentes, pois constituem juntas a totalidade social (CHAGAS, 2013). De fato, a subjetividade tem por substância a realidade objetiva, mas essa só é transformada pelo trabalho quando o homem, a partir de um ato da subjetividade, é capaz de apreender suas qualidades e idealizar processos de objetivação.

4. Algumas abordagens na Geografia hoje tem admitido o lado não objetivo do espaço e vem reconhecendo, cada vez mais, seus aspectos invisíveis e intangíveis. Contudo, insistimos nessa leitura de um espaço enquanto expressão mais evidente da objetividade, tendo em vista a conformidade com a perspectiva filosófica adotada na própria reflexão.

5. Embora reconheçamos, junto com Eagleton (1997), que o conceito de ideologia não pode se resumir a acepção tradicionalmente mais aceita entre pensadores mais radicais, quais seja, de um obscurecimento ou de uma naturalização de determinadas realidades sociais, insistimos aqui na definição de uma “falsa consciência” pelo fato de contribuir de forma mais didática ao entendimento crítico da relação entre subjetividade e objetividade.

6. Coincidentemente ou não, a construtora que objetiva comprar o apartamento de Clara se chama “Bonfim”, o que pode ser interpretado como uma metáfora para o fim de sua memória.

Referências

ABREU, M. A. **Sobre a memória das cidades**. In: FRIDMAN, F; HAESBAERT, R. Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 27-54

APPADURAI, A. **The Social Life of Things: commodity in cultural perspective**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986

BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio da relação do corpo com o espírito**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHAGAS, E. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**. Marília, v. 36, p. 63-84, 2013

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997

FENTRESS, J; WICKHAM, C. **Memoria social**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Imago, 1969

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave**. Geographia, Niteroi, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012

_____. HARVEY, D. **A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista**. In: HARVEY, D. Produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005

HOBBSAWM, E. **Introdução: a invenção das tradições**. In: HOBBSAWM, E; RANGER, T. A invenção das tradições. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KORNIS, M. A. História e cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1968.

_____. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LUKACS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7-28, 1993

PINTO, D. M. **Consciência e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2013

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROUST, M. **Em busca do tempo perdido I: o caminho de Swann**. Porto Alegre: Globo, 1981

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-99, 1977

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2014

SANTOS, O. A. A. Diferenciação espacial: contribuição ao estudo

de processos na cidade contemporânea. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 1-21, 2018.

_____. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: Editora UFRPE, 2020.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 4/5, p. 43-53, 2003

SILVA, A. C. A aparência, o ser e a forma (Geografia e método). **GEOgraphia**, n. 3, p. 7-25, 2000

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

STALLYBRASS, P. **O casaco de Marx: roupas, memórias, dor**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIANA, N. Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural** (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 14, p. 8-10, 2006.

Otávio Augusto Alves dos Santos - Graduado em Geografia (2010), Mestre em Desenvolvimento Urbano (2013) e Doutor em Desenvolvimento Urbano (2017) pela Universidade Federal de Pernambuco. É professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na área de Geografia, lotado no Departamento de História.

 <https://orcid.org/0000-0002-0362-5976>

Recebido para publicação em 24 de novembro de 2021

Aceito para publicação em 20 de janeiro de 2022

Publicado em 14 de fevereiro de 2022